CORPOS SOB ATAQUE: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O PAPEL DO NEOLIBERALISMO NA PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES FEMININAS PRECARIZADAS

Hellen Conceição da Silva[1]

RESUMO

Este artigo propõe uma análise crítica das interseções entre neoliberalismo, psicanálise e gênero, com foco a partir da noção freudiana de Supereu, compreendendo-o como uma instância repressiva que atua na produção de subjetividades e no controle simbólico e material da vida social e na maneira como o capitalismo contemporâneo opera geopoliticamente sobre os corpos e subjetividades femininas. Com base nos trabalhos de Vladimir Safatle sobre a gestão do sofrimento psíquico no neoliberalismo, de Félix Guattari sobre a captura do desejo pelo capitalismo e de autoras feministas como Silvia Federici e Judith Butler, argumenta-se que o neoliberalismo atua como uma tecnologia política de controle, promovendo uma racionalidade violenta que instrumentaliza o sofrimento, a moralidade patriarcal e o trauma como formas de dominação. Desta forma, o presente trabalho aborda a geopolítica da dor, a militarização da vida, a violência patriarcal, a feminilização da pobreza e propõe, por fim, um horizonte ético-político centrado no cuidado, na descolonização do desejo e na resistência feminista transnacional.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Psicanálise; Gênero; Desejo; Geopolítica.

ABSTRACT

This article proposes a critical analysis of the intersections between neoliberalism, psychoanalysis, and gender, focusing on the Freudian notion of the Superego, understood as a repressive agency that operates in the production of subjectivities and in the symbolic and material control of social life, as well as in the way contemporary capitalism operates geopolitically upon female bodies and subjectivities. Drawing on the works of Vladimir Safatle on the management of psychic suffering under neoliberalism, Félix Guattari on the capture of desire by capitalism, and feminist authors such as Silvia Federici and Judith Butler, it argues that neoliberalism functions as a political technology of control, promoting a violent rationality that instrumentalizes suffering, patriarchal morality, and trauma as forms of domination. In this way, the paper addresses the geopolitics of pain, the militarization of life, patriarchal violence, and the feminization of poverty, and ultimately proposes an ethical-political horizon centered on care, the decolonization of desire, and transnational feminist resistance.

Keywords: Neoliberalism; Psychoanalysis; Gender; Desire; Geopolitics.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o neoliberalismo consolidou-se como uma das principais formas de organização política, econômica e cultural das sociedades contemporâneas. Entretanto, compreendê-lo exclusivamente como um conjunto de políticas econômicas orientadas pela

[1] Discente concluinte do Curso Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

desregulamentação dos mercados, pela redução do papel do Estado e pela flexibilização das relações de trabalho significa limitar sua verdadeira dimensão histórica. Pois, acaba por ser um modelo econômico baseado na desregulamentação dos mercados e na retirada do Estado das esferas públicas, como também uma racionalidade política totalizante, capaz de penetrar nas estruturas sociais, subjetivas e afetivas dos indivíduos.

No livro "Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution", da teórica política Wendy Brown (2015, p. 79), é descrito que o neoliberalismo converteu os sujeitos em "empresas de si mesmos", submetendo todas as formas de vida à lógica da competição, da meritocracia e da eficiência. Sendo assim, essa racionalidade não apenas governa comportamentos, mas também afeta a constituição do inconsciente social, moldando afetos, culpabilidades, desejos e formas de sofrimento. Pois, articulada ao patriarcado e à colonialidade, contribui para a produção de subjetividades femininas precarizadas e para a intensificação das violências contra as mulheres.

Em resposta a esse problema, a presente pesquisa tem como objetivo investigar de que maneira o neoliberalismo captura o desejo e administra o sofrimento psíquico, especialmente em relação às mulheres, a partir das categorias de supereu, culpa e violência simbólica. Além disso, busca analisar como a precarização do trabalho, o feminicídio e as diversas formas de violência presentes tanto no cotidiano quanto em contextos de guerra contribuem para a reprodução ou, em determinados casos, para o enfrentamento, das dinâmicas de dominação do feminino no neoliberalismo global e na geopolítica contemporânea. A partir desse percurso analítico, pretende-se compreender as articulações entre violência, subjetividade, gênero e poder, evidenciando os mecanismos que sustentam a desigualdade e as possibilidades de construção de formas de resistência e emancipação feminina.

Pois, se observa que em contextos de crise econômica e guerra como nos países do Sul Global, como no Brasil[2], as mulheres acumulam a sobrecarga do trabalho reprodutivo e a exposição à violência simbólica e física. Portanto, a hipótese central é que o neoliberalismo atua como racionalidade política e social totalizante, e acaba por operar tanto no nível micro

[2] Em 2025, o Brasil registrou 1.568 vítimas de feminicídio, um aumento de 4,7% em relação ao ano anterior, sendo 62,6% mulheres negras e 8 em cada 10 casos cometidos por parceiros ou ex-companheiros. As mulheres brasileiras dedicam, em média, 9,8 horas semanais a mais que os homens em trabalho de cuidado não remunerado — entre as mulheres negras, esse número chega a 22,4 horas. Foram 966.785 novos casos de violência doméstica registrados em 2024, somados a mais de 1 milhão de processos pendentes. O Canal Ligue 180 registrou 1.088.900 atendimentos em 2025 (alta de 45%) e 155.111 denúncias de violência contra mulheres, 425 denúncias por dia, aumento de 17,4% em relação a 2024 - 66,3% das denúncias foram realizadas pela própria vítima. No Brasil, em 2023, 27,4% das mulheres (1 em cada 4) sofreram violência física, psicológica ou sexual no último ano, e a taxa de feminicídio foi de 2,8 mortes para cada 100 mil mulheres - A publicação está disponível gratuitamente no site oficial do Fórum, na seção de anuários, pag 19: https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/

(corpos, subjetividades, afetos) quanto no nível macro (mercados globais, políticas de austeridade, conflitos armados), de forma a manter desigualdades estruturais.

Essa dinâmica, por sua vez, relaciona-se diretamente com a perspectiva geopolítica que opera uma distribuição global e assimétrica do poder, a qual determina e administra de forma diferencial os limiares da vida e da morte, expandindo-se para o campo da política internacional e nacional, revelando um cenário de desigualdade social, em uma subjetividade[3] da realidade feminina. Nesse contexto, a psicanálise crítica e social é utilizada como ferramenta teórica para iluminar tais processos sociais.

Ainda nessa direção, Pierre Bourdieu na obra "A Dominação Masculina" (1998, p. 9, 15-25, 73) traz uma ampliação a esse contexto quando propõe o conceito de violência simbólica, como algo fundamental para que se possa entender como as estruturas de dominação são incorporadas pelos sujeitos e naturalizadas como destino. Ou seja, é um conceito particularmente importante para que se possa fazer esta análise da condição feminina no neoliberalismo, já que a feminização da pobreza e a violência de gênero se massificam não apenas como produtos sociais, mas também como desvios individualizados.

Do ponto de vista teórico, este trabalho se constrói de um diálogo entre a psicanálise crítica e o feminismo materialista, apoiando-se no trabalho de Vladimir Safatle que permite fazer uma análise de como o Supereu, a culpa e o desejo[4] são mobilizados na constituição das subjetividades neoliberais (Safatle, 2021). E de autoras feministas como Silvia Federici, partindo da tese central de sua obra "Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva" (2017), que demonstra de forma ampla como a transição para o capitalismo exigiu a subjugação dos corpos femininos e a desvalorização de seu trabalho, sendo este um processo que se atualiza na contemporaneidade sob novas roupagens.

Judith Butler, por sua vez, chama atenção em sua obra "Corpos em Aliança e a Política das Ruas" (2018) para os quadros normativos que determinam quais vidas são dignas de luto e quais são passíveis de serem descartadas. Fundamentando um contexto de necropolítica global (Mbembe, 2018), em que o corpo feminino, especialmente quando racializado, torna-se alvo preferencial de políticas de exclusão, de violência e de indiferença institucional. Neste sentido,

[3] Ver WALKERDINE (org.), Neoliberalism and Subjectivity in Latin America, p.35, sobre a produção de subjetividades no neoliberalismo latino-americano.

[4] Ver: SAFATLE, Vladimir. O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2021. Em especial, o capítulo 4 ("A vida como desempenho: neoliberalismo e a captura do desejo"), p. 137–175. Nessa obra, Safatle analisa como o desejo é reformulado sob o neoliberalismo, destacando sua relação com o Supereu e a culpa.

a precarização das vidas femininas não é um efeito colateral do neoliberalismo, mas um de seus pilares estruturantes.

Dessa forma, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de ampliar esse debate, contribuindo para a compreensão das formas contemporâneas de dominação que operam simultaneamente sobre os corpos, os afetos e os modos de existência das mulheres, bem como para fortalecer reflexões que subsidiem políticas públicas e estratégias de enfrentamento às desigualdades de gênero.

Assim, este artigo propõe uma análise interseccional e transdisciplinar que articula neoliberalismo, gênero e psicanálise como eixos de compreensão da geopolítica contemporânea do sofrimento. Onde, a partir de uma leitura crítica dos efeitos do capitalismo sobre o corpo e a subjetividade feminina, busca-se mapear os dispositivos de controle, disciplinamento e invisibilização, ao mesmo tempo em que se apontam caminhos de resistência possíveis a partir de práticas feministas e psicanalíticas de cuidado, escuta e subversão. Em suma, o debate se ancora em casos concretos, como os impactos das políticas neoliberais no Brasil, e nos conflitos armados em contextos geopolíticos sensíveis, ampliando a compreensão do neoliberalismo como uma racionalidade que governa tanto corpos femininos quanto territórios.

1 NEOLIBERALISMO E A GEOPOLÍTICA DO SOFRIMENTO PSÍQUICO

O neoliberalismo, atua como uma racionalidade política totalizante que produz e administra subjetividades femininas precarizadas, por meio da captura da geopolítica do desejo[5], da naturalização do sofrimento psíquico feminino e das violências de gênero. Evidenciando que essa produção subjetiva não é aleatória, mas geopoliticamente distribuída, afetando de forma desproporcional as mulheres. Nesse contexto, a crítica de Mark Fisher em "Capitalist Realism: is there no alternative?"(2009) revela-se fundamental, pois ele argumenta que o neoliberalismo não apenas domina economicamente, mas também sequestra o imaginário político, produzindo a sensação de que não há alternativa possível, o que deve ser chamado de "realismo capitalista".

> "O realismo capitalista, tal como o entendo, não pode se restringir à arte ou à maneira quase propagandística com que a publicidade funciona. É mais como uma atmosfera invasiva, que condiciona não apenas a produção cultural, mas também a regulação do trabalho e da educação, e atua como uma espécie de barreira invisível que constrange o pensamento e a ação" (Fisher, 2009, p. 16)

[5] A expressão 'geopolítica do desejo' descreve como o desejo é produzido dentro de hierarquias globais — coloniais, raciais, econômicas e de gênero — que definem quais corpos são vistos como desejáveis, disponíveis ou exploráveis, conforme discutem SILVA e ORNAT no livro "Corporeidade, sexualidades no mercado sexual transnacional sob o olhar eurocêntrico"(2016, p. 72).

Essa colonização da subjetividade gera um paradoxo, onde o ser humano vive em uma sociedade que idolatra a "liberdade" ao mesmo tempo que naturaliza formas sutis de controle, como a romantização do burnout e a patologização do descontentamento. Quando Fisher[6] afirma que "é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo", ele expõe o cerne da crise psíquica contemporânea, que é a privatização do mal-estar, que transforma depressão, ansiedade e alienação em falhas pessoais a serem geridas com antidepressivos e coaching, nunca como sintomas de um sistema que precariza a vida.

A dimensão geopolítica desse sofrimento fica ainda mais explícita quando articulamos Fisher com a necropolítica de Achille Mbembe (2018), pelo motivo de que se o neoliberalismo decide quem merece prosperar, através de hierarquias de raça, gênero e classe, ele também define quem é deixado para morrer, física ou psicologicamente.

Neste sentido, a noção de Supereu é configurada em uma das elaborações mais complexas da metapsicologia freudiana, especialmente no que diz respeito à constituição moral do sujeito, uma perspectiva bastante clara na obra “O Mal-Estar na Cultura” (2010), onde Freud apresenta o Supereu[7] como uma instância psíquica que se forma a partir da introjeção das figuras parentais, particularmente através do complexo de Édipo. Essa instância, que representa os ideais e exigências da cultura, atua impondo normas, censurando os desejos e exigindo renúncia pulsional.

Contudo, de acordo com o psicanalista, o Supereu não se limita à repressão, pois ele também é fonte de angústia e sofrimento. Portanto, Freud (2010, p. 133) observa que "quanto mais virtuoso o indivíduo, mais severo se torna o seu Supereu", indicando que a obediência não suaviza, mas intensifica sua tirania. Nessa ótica, ele constitui uma síntese entre a instância reguladora da moralidade e o aparato repressivo interno que molda o comportamento dos indivíduos em conformidade com normas sociais e familiares, muitas vezes herdadas de figuras parentais autoritárias (Freud, 2020).

Portanto, a psicanálise, especialmente a vertente crítica desenvolvida por autores como Safatle e Guattari, emerge como uma ferramenta potente para compreender os mecanismos inconscientes de captura do desejo, de internalização da dominação e de reprodução do

[6] É importante notar que o próprio Fisher atribui a autoria da frase a outros pensadores, usando-a para sintetizar a essência do seu conceito de "realismo capitalista”.

[7] Freud desenvolve o conceito de Supereu em “O Ego e o Id” (1923), como instância psíquica herdada da internalização das figuras parentais e normas sociais. Enquanto, na psicanálise lacaniana, essa função simbólica da autoridade está relacionada à entrada do sujeito na ordem da linguagem, o “Nome-do-Pai” representa essa inscrição normativa.

sofrimento. Pois, Félix Guattari em "Revolução Molecular: Pulsações Políticas do Desejo" (1986) propõe a ideia de que o capitalismo se sustenta por meio da codificação e da apropriação do desejo, transformando fluxos libidinais em consumos, identidades e sujeições. Para ele, é preciso desconectar os fluxos desejantes das máquinas de poder que os aprisionam, reabrindo o campo para formas de subjetivação que escapem da lógica neoliberal, sendo preciso "desterritorializar" o desejo, criando processos de subjetivação coletiva que escapem à lógica do capital em uma revolução molecular[8].

A crítica psicanalítica ao capitalismo contemporâneo encontra na obra de Félix Guattari, “o capitalismo mundial integrado” (1986, p. 103), uma das formulações mais contundentes sobre a forma como o desejo é manipulado, captado e direcionado pelas estruturas de poder. Sendo este um conceito que representa uma transformação do capitalismo clássico para um sistema em que as máquinas econômicas, midiáticas, técnicas e sociais se entrelaçam para produzir não apenas bens e serviços, mas subjetividades. Neste cenário, na obra "O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia" (2007), Guattari traz uma argumentação de que o desejo deixa de ser uma força espontânea de criação e transformação para tornar-se instrumento de reprodução do próprio sistema capitalista esquizofrênico[9]. Sendo assim, portanto, passa a ser canalizado para o consumo, a obediência e a adaptação às normas do mercado, produzindo sujeitos moldados não pela liberdade, mas pela repetição compulsiva da lógica capitalista.

Sob essa lógica, o sofrimento psíquico contemporâneo não é um efeito colateral, mas um componente funcional à perpetuação da dominação. Em "A Vida Não é Útil" (2021), no Capítulo 2: "A Crise dos Corpos", Safatle propõe que o neoliberalismo opera como uma "gestão do sofrimento psíquico", criando dispositivos subjetivos que internalizam a culpa, o fracasso e a inadequação como traços pessoais, ao invés de compreendê-los como efeitos de uma ordem estrutural de exploração. Para Safatle:

> "A tese a ser defendida aqui é que o uso reiterado de tal estratégia cresce com a hegemonia do neoliberalismo. [...] O que vemos atualmente é algo de outra ordem, a saber, a justificação de ações econômicas e a paralisia da crítica através da mobilização massiva de discursos psicológicos e morais. O que nos leva a questionar a efetiva natureza epistemológica do discurso econômico, isso em um momento no qual ele arroga para si autonomia operacional completa em relação à esfera do político, como antes ocorrera quando enfim a economia ganhou autonomia em relação ao sagrado." (Safatle, 2020, p. 200)

[8] Conceito central do livro “Les Années d’hiver: 1980-1985”, significa propor mudanças a partir de micropolíticas do cotidiano, não apenas de rupturas macropolíticas.
[9] A ideia de “esquizofrenia” em Deleuze e Guattari não corresponde a uma patologia clínica, mas a uma metáfora para a produção descontínua do desejo.

A partir dessa leitura, István Mészáros em sua obra "Para Além do Capital: Rumo a uma Teoria da Transição" (2002), faz uma reconstrução desse modelo ao interpretar que o Estado moderno não se estabelece como um árbitro neutro entre os interesses sociais, mas como uma estrutura que encarna o capital e suas exigências reprodutivas.

Neste cenário, para Mészáros, o Estado age como um operador sistêmico da lógica do capital, assumindo a função de garantir as condições materiais e simbólicas de sua reprodução. Sendo assim, essa função estatal, ao mesmo tempo que se apresenta como mediadora, age como instância repressiva que freia projetos emancipatórios e separa movimentos de transformação estrutural da sociedade. Desta forma, assim como o supereu freudiano, que reprime o desejo em nome da Lei, o Estado reprime a emancipação em nome da "ordem" e da "estabilidade" institucional. Essa forma de subjetivação é essencialmente culpabilizante, moldando sujeitos empreendedores de si, sempre insuficientes frente a ideais inalcançáveis de sucesso, produtividade e autossuficiência.

Assim, o Estado-Supereu não apenas limita condutas, mas também participa de forma ativa da construção do desejo político, moldando afetos e interditando possibilidades de que o indivíduo possa viver em “liberdade”. Onde, para o filósofo brasileiro Vladimir Safatle, a liberdade deve ser compreendida como uma experiência de transformação subjetiva e social, com uma raiz teórica na crítica às formas de sujeição que são produzidas pelo neoliberalismo e pelas estruturas de dominação afetiva e simbólica. Ou seja, em vez de se restringir à possibilidade de escolha entre opções pré-estabelecidas, a liberdade para Safatle exige a criação de novas possibilidades de vida e a superação de formas normativas que oprimem o desejo e a singularidade dos sujeitos.

Essa lógica revela-se especialmente eficaz em contextos neoliberais, onde o sofrimento psíquico e a culpabilização individual se tornam sintomas sociais disseminados, invisibilizando a violência estrutural do sistema. Desta forma, Safatle propõe uma redefinição radical da liberdade, mostrando que ela não é dada, mas construída por meio do enfrentamento dos constrangimentos estruturais que moldam o sujeito, afirmando que “ser livre é poder não repetir". É poder romper com a repetição do mesmo, com os circuitos de sofrimento que nos constituem como sujeitos marcados por formas de vida esvaziadas de sentido” (Safatle, 2017, p. 31).

Essa máquina de sofrimento é ainda mais cruel com as mulheres. Angela Davis ressalta em "A Liberdade é uma Luta Constante" (2018, p. 84) que a lógica deste sistema se apropria do discurso de empoderamento feminino para aprofundar a exploração, onde a mulher é chamada a ser "empreendedora de si", equilibrando produtividade, beleza, maternidade e

resiliência em uma estrutura que nega suporte material, reconhecimento e redistribuição. Sendo assim, essa forma de subjetivação feminina neoliberal não emancipa, ao contrário, reitera o fardo da responsabilidade individual como único horizonte possível.

Nesse contexto, a psicanálise se torna uma ferramenta fundamental para desmontar a naturalização desse sofrimento, ao contrário de uma leitura liberal da subjetividade, que trataria os sintomas como falhas individuais a serem corrigidas. Guattari (1992) em "Caosmose: Um Paradigma Ético-Estético", no Capítulo 3: "Subjetividade e Máquinas Capitalísticas" (p. 45-78), propõe uma clínica do desejo que articule os sintomas com os dispositivos sociais que os produzem. O sofrimento psíquico, assim, torna-se expressão política de uma subjetividade capturada por uma racionalidade mercantilizada e patriarcal.

Portanto, o neoliberalismo deve ser lido como uma tecnologia de poder global e uma geopolítica do sofrimento. Sua expansão não apenas impõe ajustes econômicos, mas constrói subjetividades compatíveis com a lógica do capital, culpadas, desamparadas e desejantes de sua própria dominação. A resistência a esse processo exige mais do que reformas econômicas, pois impõe de certa forma a construção de novas formas de vida, desejo e solidariedade, ancoradas em outras epistemologias do cuidado, da justiça e da coletividade.

1.1 Colonialismo psíquico e biopolítica

A distribuição do sofrimento no mundo não se dá de forma aleatória ou natural, ela é profundamente moldada por relações históricas de dominação colonial, políticas neoliberais contemporâneas e estruturas raciais e de gênero que determinam quais vidas têm valor e quais são descartáveis. A partir da perspectiva da “Biopolítica” (Foucault, 1979), o poder moderno opera não apenas sobre os corpos, mas através deles, gerindo vidas, doenças, mortes e afetos. Nesse regime, o sofrimento se torna uma tecnologia de governo, e os corpos racializados, empobrecidos e generalizados, são os principais alvos de sua administração desigual.

No caso dos países do Sul Global e, especificamente no Brasil, observa-se a incorporação dos princípios neoliberais de forma combinada com regimes autoritários e estruturas coloniais internas, onde o superego estatal assume uma forma paradoxal, em que goza com a própria transgressão da moral que afirma defender. No Brasil, por exemplo, a ascensão do lavajatismo e do bolsonarismo implicou não apenas a implementação de políticas econômicas neoliberais, como também a mobilização de discursos morais repressivos e misoginos, onde a culpabilização do indivíduo, sobretudo o pobre, o negro, a mulher, o LGBTQIA+, é central para o funcionamento do aparelho estatal. Tal cenário confirma a tese de

que o neoliberalismo necessita de uma subjetividade individualizada que aceite a dor como preço da liberdade de escolha (Han, 2017).

Se por um lado esses países se apresentam como potências emergentes, por outro carregam heranças coloniais internas que operam através de desigualdades estruturais, especialmente de raça e gênero. A filósofa Denise Ferreira da Silva em "No-Bodies: Law, Raciality and Violence" (2009, em Griffith Law Review) argumenta que as estruturas de poder globais não desapareceram com o fim formal do colonialismo, mas se reinventaram na forma de um universalismo racializado, no qual as populações do Sul Global continuam a ser tratadas como "outras", gerando sofrimento material e psíquico contínuo.

No Brasil, por exemplo, as políticas de austeridade adotadas após o impeachment de Dilma Rousseff (2016) atingiram desproporcionalmente as mulheres negras e pobres. Segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o congelamento de investimentos em saúde e educação previsto na EC 95 resultou em um retrocesso de duas décadas nas políticas públicas voltadas à população vulnerável, afetando especialmente as mulheres que exercem a função de cuidadoras informais (IPEA, 2018).

Porém, o termo “colonialismo psíquico”, discutido por autores como Frantz Fanon em "Pele Negra, Máscaras Brancas" (2008), refere-se à forma como os sistemas de dominação não apenas exploram economicamente os corpos racializados e femininos, mas também capturam seus desejos, subjetividades e afetos. Sendo um processo de domesticação do inconsciente, onde o sofrimento é internalizado como destino, culpa ou falha pessoal. A mídia, o sistema educacional e as religiões colaboram para esse processo, desmobilizando formas coletivas de resistência e instigando aos sujeitos a ideia de inferioridade estrutural.

Esse colonialismo psíquico[10] atua como uma tecnologia de contenção, impedindo que o sofrimento se transforme em rebelião, pois ele naturaliza a precariedade, a violência policial, o feminicídio, e transforma o mal-estar em patologias individuais, como depressão e ansiedade, ao invés de interpretá-las como sintomas sociais de uma estrutura doente. Como argumenta a filósofa Judith Butler no livro “Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence” (2004, p. 20), ao dizer que a vida só importa quando é considerada “chorável”, ou seja, digna de luto. Nos contextos do Sul Global, a morte de corpos negros, femininos e empobrecidos muitas vezes não é sequer registrada, denunciada ou lamentada. Ou seja, a invisibilidade dessas mortes revela

[10] Em um artigo de 2024, Travassos afirma que "para além do colonialismo objetivo, desenvolve-se um colonialismo psíquico". Ela argumenta que, pela via dos processos identificatórios com o ideal do outro eurocêntrico, o sujeito colonizado pode se defrontar com um profundo estranhamento e vazio, em vez de uma consistência identitária.

como a biopolítica contemporânea se entrelaça com uma política da indiferença, onde o sofrimento de determinados grupos é estruturalmente banalizado.

O relatório da Comisión Económica para América Latina y el Caribe e da United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women evidencia que países latino-americanos do Sul Global, como México[11], Honduras[12] e Guatemala[13], permanecem entre aqueles com os mais elevados índices de violência letal contra mulheres na região. Embora apresentem trajetórias históricas distintas, esses países compartilham elementos estruturais semelhantes, marcados pela permanência de desigualdades coloniais, fragilidade institucional, expansão do crime organizado, militarização dos territórios e sucessivos processos de desmonte das políticas públicas de proteção às mulheres. Nesse contexto, o feminicídio ultrapassa a esfera da violência interpessoal, a permanência desses elevados índices demonstra que a racionalidade neoliberal, articulada às estruturas patriarcais e coloniais, continua produzindo condições favoráveis para a reprodução sistemática da violência de gênero e para a naturalização da morte de mulheres em diferentes contextos latino-americanos.

Esse contexto revela a importância de uma geopolítica do sofrimento, que analisa como políticas públicas, narrativas midiáticas e subjetividades são articuladas para manter o status quo. A antropóloga Rita Segato (2016) destaca que o feminicídio não é apenas uma expressão de ódio individual, mas parte de uma pedagogia da crueldade, sendo uma forma de manter as mulheres no lugar da obediência e do medo, servindo como mensagem pública de controle. Para a autora: "La violación no es un acto sexual; es un acto de poder, de dominio y de comunicación entre hombres."[14] (Segato, 2016, p. 39).

---

[11] De acordo com a Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) e o Secretariado Ejecutivo del Sistema Nacional de Seguridad Pública (SESNSP), o México permanece entre os países com maior número absoluto de feminicídios da América Latina. Em 2024 foram registrados 839 feminicídios oficialmente tipificados, além de milhares de homicídios dolosos de mulheres ainda sob investigação. Estados como Estado do México, Chihuahua, Nuevo León e Veracruz concentram parte significativa dos casos. A CEPAL destaca que a atuação do crime organizado, a impunidade e as desigualdades estruturais de gênero contribuem para a permanência da violência letal contra mulheres. Fontes: CEPAL. Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe, 2024; SESNSP. Información sobre violencia contra las mujeres, 2024.

[12] Segundo a CEPAL, Honduras registrou 7,2 feminicídios para cada 100 mil mulheres, uma das maiores taxas da América Latina entre os países com dados disponíveis. O Observatorio de la Violencia da Universidad Nacional Autónoma de Honduras (UNAH) aponta que grande parte dos casos permanece sem responsabilização judicial, sendo a violência agravada pela atuação de grupos criminosos, pobreza, desigualdade social e fragilidade das instituições de proteção às mulheres. Fontes: CEPAL. Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe, 2023/2024; Observatorio de la Violencia–UNAH. Boletín Especial sobre Muerte Violenta de Mujeres, 2024.

[13] Dados recentes do Ministerio Público de Guatemala apontam mais de 51.000 denúncias anuais de violência contra a mulher. Em relação aos assassinatos por gênero, a CEPAL registrou uma taxa de 1,9 feminicídios para cada 100.000 mulheres no país, uma das maiores da América Latina e do Caribe. A violência extrema afeta desproporcionalmente as mulheres indígenas.

[14] *Tradução nossa:* "O estupro não é um ato sexual; é um ato de poder, de domínio e de comunicação entre homens." (SEGATO, 2016, p. 39).

Segundo Federici, os processos de cercamentos da Europa do final do século XV4, coincidentes com a expansão colonial, marcaram uma desintegração da base comunitária de vida presente na Idade Média e impactou muito mais fortemente as mulheres do que os homens, que possuíam mais poder sobre a terra e mais poder social, de modo que as mulheres dependiam fortemente das terras comunais para garantir sua subsistência e exercitar formas de sociabilidade junto a outras mulheres. Assim, ao mesmo tempo em que as terras eram cercadas, havia uma crise populacional a ser resolvida pelo Estado diante da necessidade colocada do novo sistema econômico nascente, momento em que se mostra fundamental o controle da reprodução da vida e do potencial reprodutivo da mulher, pois "a principal iniciativa do Estado [...] foi lançar uma verdadeira guerra contra as mulheres, claramente orientada a quebrar o controle que elas haviam exercido sobre seus corpos e sua reprodução" (Federici, 2017, p. 174), isto travado fundamentalmente pela caça às bruxas. Portanto:

> "[...] o corpo mecânico, o corpo-máquina, não poderia ter se convertido em modelo de comportamento social sem a destruição, por parte do Estado, de uma ampla gama de crenças pré-capitalistas, práticas e sujeitos sociais cuja existência contradiz a regulação do comportamento corporal" (Federici, 2017, p. 257).

O corpo feminino, nessa configuração, torna-se um território político. Ele é explorado, regulado e controlado por múltiplos dispositivos de poder, das indústrias farmacêuticas às redes sociais, das normas de beleza, aos regimes alimentares, passando por políticas públicas que incentivam o autocuidado como forma de responsabilização individual pela saúde mental e física[15]. Assim, é fundamental que seja destacado aqui o seguinte diagnóstico, possibilitado pela abordagem crítica feminista de Silvia Federici, em que a racionalidade da acumulação primitiva do capital se apresenta desde o início visando à domesticação do corpo e do comportamento individual para que as potencialidades deste se transformassem em força de trabalho, o que implica não só dispor as condições materiais de reprodução como meros meios para , mas também todo um modo específico de ser comportamental e que "requer diversos serviços emocionais e físicos que são de natureza interativa" (Federici, 2021, p. 105) e que "nos reproduz nos valorando" (Federici, 2019a, p. 18)

Neste sentido, Safatle na obra "O Circuito dos Afetos: Corpos Políticos, Desamparo e o Fim do Indivíduo" discute que o Estado neoliberal funciona como uma espécie de Supereu

[15] Sobre a vigilância dos corpos femininos nas redes sociais, ver: PINHEIRO, Luana; COSTA, Thaís. Corpo feminino e redes sociais: um reality show permanente. Revista de Estudos de Gênero, v. 12, n. 2, p. 45-67, 2025;

social, que exige gozo produtivo, ao mesmo tempo em que impõe culpa e sofrimento como mecanismos de disciplina. A psicanálise, especialmente em sua vertente crítica, denuncia esse processo ao identificar como os sintomas contemporâneos, ansiedade, depressão e burnout, estão diretamente ligados à lógica da produtividade e da auto exploração. Em outras palavras, na análise de Byung-Chul Han em seu livro “A Sociedade do Cansaço”, o sofrimento psíquico não é um acidente ou falha do sistema, mas uma consequência estrutural de um modelo que se alimenta da captura do desejo e da introjeção da culpa (Han, 2017)". É justamente nesse cenário de exigência por performance e simultâneo esgotamento subjetivo que a violência, inclusive a violência física e simbólica, encontra terreno fértil para se reproduzir não como exceção, mas como parte de uma dominação que atravessa os corpos, os afetos e as relações de poder. É o que se passa a explorar a seguir.

2 NEOLIBERALISMO, GUERRA E A ECONOMIA DO TRAUMA

A divisão da sociedade em classes agudiza a opressão sobre as mulheres, transformadas elas próprias em propriedade e instrumento de produção. Contudo, o fato de que a opressão patriarcal é anterior ao capitalismo e, conjugada a ele, aprofunda a violência e a exploração contra a mulher. Sendo assim, se acredita que o capitalismo não inventou o patriarcado, mas, seguramente, foi através do desenvolvimento do capitalismo enquanto sistema global que o patriarcado se inseriu nas estruturas deste sistema econômico, elevando a exploração da mulher, e seu corpo, à máxima potência. Dessa forma, Cisne e Gurgel partem do pressuposto

> [...] da convicção de que a emancipação humana é irrealizável no capitalismo, dada a sua estrutura de dominação, alienação e exploração, baseada na transformação da força de trabalho em mercadoria. [...] Assim sendo, nos marcos desse sistema alcançaremos, no máximo, a emancipação política, em termos de conquistas democráticas. (Cisne; Gurgel, 2008, p.72).

Chamar atenção para esse fato não significa rechaçar ou diminuir a importância da violência de classe, mas, ao contrário, perceber que uma verdadeira transformação social vai além da destruição do modo de produção capitalista.

Diversos estudos empíricos confirmam a hipótese de que o modelo neoliberal gera sofrimento subjetivo e manipula o desejo. Segundo a World Health Organization (WHO, 2022), as mulheres representam cerca de 60% dos mais de 280 milhões de casos globais de depressão, o que equivale a aproximadamente 168 milhões de mulheres vivendo com o transtorno no

mundo. E o mesmo relatório aponta que, em países onde políticas neoliberais foram intensificadas, o aumento dos diagnósticos de depressão entre as mulheres foi 30% maior do que entre os homens na última década, especialmente na faixa etária de 25 a 45 anos. Desta forma, a precarização do trabalho, o aumento da competitividade e a instabilidade nas relações de emprego estão entre os fatores mais apontados como responsáveis pelo aumento da ansiedade e dos transtornos mentais (principalmente entre as mulheres), como demonstra o relatório da International Labour Organization (ILO) de 2023.

A psicanálise crítica, especialmente na leitura de Vladimir Safatle (2021), revela como o neoliberalismo funciona como uma tecnologia de gestão do sofrimento psíquico. Onde, em vez de curar ou aliviar a dor, ele transforma o sofrimento em uma ferramenta de governança, administrando angústias, depressões e ansiedades de maneira funcional à reprodução do sistema. Pois, segundo o autor, esse sistema configura-se como uma clínica invertida, na qual a dor é capitalizada e a subjetividade é formatada por um regime de culpa e inadequação contínua. E estabelece um processo que se intensifica sobre os corpos historicamente marginalizados, sobretudo os corpos femininos, cuja existência é sistematicamente marcada pela precariedade, pela violência simbólica e física, e pela invisibilidade política.

> "O sofrimento deixa de aparecer como efeito de formas sociais de organização da vida para surgir como incapacidade individual de adaptação." (Safatle, 2021, p. 156).

No Brasil, o Plano Nacional de Saúde Mental (2020–2023) destacou que, entre os servidores públicos federais afastados por transtornos mentais, as mulheres corresponderam a 68% dos casos, e o aumento de afastamentos entre elas foi de 31% entre 2019 e 2022, percentual superior à média geral de 26%, sendo o esgotamento emocional e a ansiedade as principais causas, tais dados evidenciam que a relação entre sofrimento subjetivo e estrutura social é concreta e mensurável.

Além disso, políticas públicas que promovem o empreendedorismo individual como solução para o desemprego, como o programa MEI (Microempreendedor Individual), evidenciam a lógica de responsabilização subjetiva. Como observa Dardot e Laval em "A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal" (2016), essas políticas reforçam o “imperativo de desempenho” e deslocam os riscos econômicos para o indivíduo, criando uma subjetividade moldada pelo medo do fracasso e pela necessidade constante de autovalorização e auto exploração.

O discurso do empoderamento, ao ser cooptado pelo mercado, transforma a potência política do desejo em uma estratégia de adaptação individual ao sistema. Assim, ao invés de promover emancipação, promove resignação ativa. Como afirma Safatle em "Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico" (2021), "a economia política do sofrimento produz indivíduos que vivem sua dor como fracasso pessoal, impedindo qualquer leitura estrutural ou coletiva da experiência".

Diante dessa análise, torna-se evidente que o desejo não é apenas uma categoria da psicanálise, mas uma força central na engrenagem do capitalismo contemporâneo. A crítica psicanalítica, ao iluminar os processos de captura e normatização da subjetividade, revela a necessidade urgente de romper com os dispositivos que codificam o desejo segundo a lógica do consumo e da obediência. Essa desconstrução não pode ocorrer sem uma releitura política da psicanálise, que articule a clínica com a crítica social, investigando como a proposta de uma clínica do mal-estar contemporâneo pode atuar como resistência e reinvenção da subjetividade diante do avanço do neoliberalismo.

Neste sentido, a associação entre neoliberalismo e violência armada representa uma das dimensões mais brutais da lógica contemporânea de governança e dominação global. Ao contrário da concepção tradicional que considera a guerra como um "acidente" ou desdobramento excepcional da geopolítica, diversas análises críticas contemporâneas demonstram que os conflitos armados têm se tornado mecanismos estruturais do sistema neoliberal global, configurando verdadeiras tecnologias de governo, produção de subjetividades e acumulação de capital. Como afirma Silvia Federici (2017), a guerra sob o neoliberalismo é parte de um processo mais amplo de militarização da vida cotidiana, em que a violência deixa de ser um desvio e se torna o eixo central da administração social e econômica.

Sendo um sistema, nesse contexto, que instrumentaliza o trauma como recurso produtivo, tanto no sentido econômico, por meio da indústria armamentista, do mercado de segurança privada, dos processos de reconstrução infraestrutural e das finanças de guerra, quanto no plano subjetivo, ao produzir corpos e mentes traumatizados, submetidos ao medo, à insegurança e à passividade política.

A guerra, portanto, não pode ser dissociada das estruturas econômicas e das estratégias de poder global. Como argumenta Rita Segato (2016), a violência sexual em contextos de conflito não constitui um ato isolado de brutalidade, mas uma estratégia de poder destinada a comunicar domínio, humilhar comunidades inteiras e reorganizar relações sociais por meio do terror. Essa interpretação encontra respaldo em experiências latino-americanas marcadas por

conflitos armados e pela violência estrutural. Na Guatemala[16], durante o conflito armado interno (1960–1996), mulheres indígenas maias foram submetidas sistematicamente a estupros, escravidão sexual e outras formas de violência por agentes estatais, práticas posteriormente reconhecidas como crimes contra a humanidade no emblemático caso "Sepur Zarco"[17].

Na Colômbia[18], mais de cinco décadas de conflito armado entre forças governamentais, grupos paramilitares e guerrilhas transformaram a violência sexual em um mecanismo de controle territorial, deslocamento forçado e intimidação das comunidades, atingindo de maneira desproporcional mulheres camponesas, indígenas e afrodescendentes. Conforme analisa Segato (2016), esses contextos demonstram que o corpo feminino converte-se em um território simbólico de disputa política, no qual a violência sexual deixa de ter finalidade individual e passa a funcionar como uma tecnologia de dominação destinada a produzir medo coletivo, desarticular vínculos comunitários e reafirmar hierarquias de poder.

O que se configura, portanto, em uma economia do trauma, em que a dor se torna matéria-prima de lucro e obediência. Em suma, a gestão do sofrimento não visa sua superação, mas sua administração eficiente e produtiva, sendo esse mecanismo potencializado por políticas públicas de "resiliência", "fortalecimento emocional" e "terapia de choque", que são promovidas por organismos internacionais como a ONU e a OMS.

Esses exemplos empíricos evidenciam como o neoliberalismo incorpora a guerra e o trauma em seu aparato de reprodução, não apenas para explorar economicamente os territórios afetados, mas para controlar e impedir formas efetivas de organização política. O trauma se torna, assim, uma peça-chave na engrenagem do capitalismo contemporâneo, sustentando tanto a lucratividade das corporações quanto a paralisia dos sujeitos.

A guerra contemporânea, longe de representar um evento isolado ou acidental, pode ser interpretada como uma tecnologia de governo neoliberal, construída institucionalmente para

---

[16] Segundo a Comisión para el Esclarecimiento Histórico, durante o conflito armado interno (1960–1996) ocorreram aproximadamente 200 mil mortes e desaparecimentos, sendo cerca de 83% das vítimas pertencentes aos povos maias. No caso Sepur Zarco, 15 mulheres indígenas Q'eqchi' denunciaram décadas de escravidão sexual e doméstica em um destacamento militar. Em 2016, a justiça guatemalteca condenou dois ex-militares por crimes contra a humanidade, tornando-se a primeira sentença nacional a reconhecer a escravidão sexual durante o conflito armado. Fontes: Comisión para el Esclarecimiento Histórico. Memoria del Silencio (1999); UN Women, Sepur Zarco: A landmark case for justice, 2018; Human Rights Watch.

[17] refere-se ao julgamento na Guatemala que, em fevereiro de 2016, condenou altos oficiais militares por crimes de lesa humanidade, marcando a primeira vez que um tribunal nacional julgou a escravidão sexual e doméstica como armas de guerra durante um conflito interno.

[18] A Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad estimou que o conflito armado colombiano provocou mais de 450 mil mortes entre 1985 e 2018, além de aproximadamente 8 milhões de pessoas deslocadas internamente. A Jurisdicción Especial para la Paz e a United Nations Population Fund documentam milhares de casos de violência sexual utilizados por grupos armados como estratégia de controle territorial, perseguição política e intimidação das comunidades, afetando principalmente mulheres indígenas, afro-colombianas e camponesas. Fontes: Comisión de la Verdad (2022); JEP (2023); UNFPA Colômbia (2023).

produzir lucro, via indústria bélica, reconstrução e contratos, disciplinar populações e garantir obediência política. Frente a esse fenômeno, autores como Silvia Federici (2017) e Byung-Chul Han (2021) apontam que a violência deixa de ser anômala e torna-se um elemento estruturante da administração neoliberal da vida.

No Brasil, o caso da Favela Nova Brasília[19] (1994), no Complexo do Alemão, exemplifica essa articulação entre violência estatal e trauma: 13 pessoas foram executadas pela polícia e três mulheres jovens, duas delas adolescentes, foram vítimas de tortura sexual por agentes do Estado. O caso gerou condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (2017), que reconheceu o contexto estrutural de violência policial racista e letal, direcionada a corpos jovens, negros e pobres" (CEJIL; ISER, 2024). A gestão da dor, nesse contexto, se torna uma técnica de governo, o sofrimento psíquico é silenciado ou instrumentalizado como parte da engrenagem capitalista. Como argumenta, a investigadora e abolicionista penal norte-americana Ruth Gilmore em seu livro “Golden Gulag: Prisons, Surplus, Crisis, and Opposition in Globalizing California” (2007), a violência estatal contra comunidades negras e periféricas não é um excesso, mas uma estratégia de controle racial e econômico, onde o luto é silenciado e o trauma é usado para naturalizar a repressão.

Em síntese, o neoliberalismo não apenas sobrevive à guerra, ele a necessita. A guerra, o trauma e a violência deixam de ser disfunções do sistema para se tornarem componentes essenciais de sua lógica de expansão. Diante disso, torna-se fundamental investigar, de que modo o trauma e o desejo são mobilizados por meio das tecnologias da linguagem, da mídia e da comunicação, dispositivos centrais para a manutenção do poder neoliberal.

Pois, enquanto o trauma paralisa, o desejo é mobilizado pelas plataformas digitais e pela publicidade como motor do consumo e da autorregulação. Byung-Chul Han ao escrever “A Sociedade do Cansaço” (2017) argumenta que, na sociedade do cansaço, não somos mais disciplinados por repressão externa, mas por um imperativo de otimização e rendimento, no qual a mídia e as redes sociais nos incitam a desejar mais, mesmo que esse desejo nos leve à exaustão e à auto exploração.

Diante desse cenário, torna-se essencial retomar a articulação entre desejo, subjetivação e política, tal como pensada pelas teorias críticas da psicanálise e da filosofia contemporânea. O sofrimento, longe de ser apenas um estado passivo, pode se tornar também motor de resistência e transformação, refletindo sobre as possibilidades de desconexão entre os fluxos do desejo e as máquinas de dominação que os capturam no capitalismo neoliberal.

---

[19] Caso Favela Nova Brasília: 30 años de lucha por la justicia! CEJIL, 18 out. 2024. Disponível em: https://cejil.org/comunicado-de-prensa/brasil-caso-favela-nova-brasilia-30-anos-de-lucha-por-la-justicia/

3 O PATRIARCADO COMO REGIME DE PODER E VIOLÊNCIA

Sigmund Freud, em O Mal-Estar na Civilização (2010), afirma que a cultura humana se edifica por meio da repressão das pulsões, especialmente a pulsão de morte (Todestrieb), que leva os sujeitos a tendências destrutivas. Então o Estado moderno, ao monopolizar a violência legítima, passa a exercer essa pulsão de forma estruturada, direcionando a agressividade coletiva para o inimigo externo, o outro, frequentemente racializado, sexualizado ou desumanizado.

A precarização do trabalho feminino é uma marca dessa política, segundo a International Labour Organization (ILO, 2022), mulheres compõem cerca de 58% da força de trabalho informal global, situação que as torna particularmente vulneráveis à ausência de direitos trabalhistas, falta de proteção social e maior exposição à exploração econômica. No Brasil, por exemplo, a taxa de informalidade feminina alcançou 47% em 2023, concentrando-se em atividades de baixa remuneração e alta vulnerabilidade (IBGE, 2023). Esta realidade econômica se associa a uma constante insegurança, pois a falta de estabilidade trabalhista expõe as mulheres a condições que favorecem também a violência doméstica e sexual, uma vez que dependências econômicas limitam a autonomia.

Na passagem do capitalismo fordista para o modelo neoliberal, é possível observar a uma transformação radical no lugar social das mulheres, pois se antes sua função era claramente delimitada ao espaço doméstico como reprodutoras da força de trabalho, agora são convocadas a desempenhar um duplo papel, que é continuar responsáveis pelo trabalho reprodutivo não remunerado enquanto se tornam agentes ativas do mercado. Essa aparente "libertação" esconde uma armadilha biopolítica, o que Silvia Federici denomina em "O Ponto Zero da Reprodução: Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista" (2019) como "o salto qualitativo na exploração do trabalho feminino". Em que, a mulher contemporânea não foi libertada das cadeias do patriarcado, mas sim recrutada para servir a um novo regime de acumulação que demanda sua completa disponibilidade para o capital.

Esse processo de subjetivação encontra na psicanálise um aliado ambíguo, por um lado, quando reduzida a uma técnica de adaptação, a psicanálise pode servir como instrumento de domesticação dos mal-estares femininos, transformando sofrimentos estruturais em questões individuais a serem resolvidas no divã. A explosão de diagnósticos de depressão, ansiedade e burnout entre mulheres, acompanhada do aumento exponencial no consumo de psicofármacos, revela como o sistema metaboliza a angústia gerada pela dupla jornada, pela precarização do trabalho e pela solidão imposta pela sociedade competitiva.

Por outro lado, uma psicanálise crítica pode fornecer ferramentas potentes para desmontar essa engrenagem. O conceito freudiano de inconsciente, enquanto instância que resiste à completa assimilação pelo consciente, aponta para fissuras no projeto neoliberal de controle total da subjetividade. Sendo assim, o desejo, na perspectiva lacaniana, sempre escapa às tentativas de captura pelo discurso dominante. E foi essa vertente crítica que permitiu a feministas como Juliet Mitchell e Jacqueline Rose utilizarem a psicanálise não como instrumento de normalização, mas como arma para desnaturalizar os constructos de gênero.

No Brasil, essa dinâmica é reforçada por um cenário político conservador e pela influência crescente da moralidade neopentecostal, que Silvia Federici (2017) identifica como um instrumento ideológico que legitima a opressão das mulheres. O discurso religioso, articulado a políticas públicas restritivas, reforça a ideia de que a submissão feminina é uma obrigação moral, reforçando o controle sobre o corpo e a sexualidade das mulheres e criminalizando direitos como o aborto e o acesso à saúde sexual e reprodutiva. Sendo assim, essa "governamentalidade moral" legitima a violência estrutural e simbólica, produzindo um ambiente onde o feminicídio, estupros e outras violências são naturalizados ou banalizados.

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) evidenciam que, no Brasil, o feminicídio segue em crescimento, com altas taxas principalmente em estados periféricos e com maior desigualdade social. Em 2022, ocorreram mais de 1.700 casos oficiais, mas a subnotificação é enorme devido ao silenciamento das vítimas e à falha no registro (FBSP, 2023). Além disso, a violência sexual, inclusive estupros coletivos, tem sido usada como instrumento de terror em contextos urbanos e rurais, como visto nos casos em cidades como Rio de Janeiro e Manaus[20], onde a impunidade e a revitimização contribuem para a perpetuação desse ciclo.

Internacionalmente, o cenário não é diferente. Países em crise, como a Venezuela, onde a crise econômica e política se agrava, mostram um aumento dos índices de violência

[20] O relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2023, elaborado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), registrou 23 casos de violência sexual contra mulheres, adolescentes e crianças indígenas, evidenciando que a violência sexual integra o conjunto de violações sofridas por povos indígenas em contextos de invasão territorial e conflitos na Amazônia. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil registra, em média, um estupro a cada poucos minutos, sendo a maioria das vítimas meninas de até 13 anos. O próprio Fórum destaca que os números oficiais representam apenas parte da realidade, em razão da elevada subnotificação e das barreiras enfrentadas pelas vítimas para denunciar os crimes. Niterói (RJ, 2024): Estupro coletivo de uma jovem de 21 anos, filmado e vazado em grupos de WhatsApp. Dados da Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM-Niterói) indicam que apenas 1 dos 5 acusados foi preso, o Ministério Público do RJ (MP-RJ) destacou em nota (2024) a dificuldade de identificar todos os envolvidos devido à disseminação do vídeo em redes fechadas. Reportagem: UOL, "Estupro coletivo no RJ: um preso e quatro foragidos", 15/03/2024. Manaus (AM, 2023): Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), Anuário 2023, p. 47 mostram aumento de 32% nos registros de violência sexual no estado, com 70% das vítimas sendo meninas entre 10 e 14 anos. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/anuario-2023.

contra as mulheres, associada à escassez de recursos públicos e à deterioração das políticas sociais (ONU Mulheres, 2022). Na África do Sul, onde o feminicídio é considerado uma epidemia, os movimentos feministas têm denunciado a conivência do Estado e a militarização da segurança pública como fatores que ampliam a violência contra as mulheres (Human Rights Watch, 2022).

A violência patriarcal, especialmente o estupro, não pode ser compreendida como um simples subproduto da guerra, mas sim como uma estratégia geopolítica deliberada, cuja função é desestabilizar comunidades inteiras, reconfigurar hierarquias sociais e reafirmar a dominação masculina e colonial. A autora Rita Segato, em sua obra seminal "A Guerra Contra as Mulheres" (2016), denuncia o estupro em contextos de conflito armado como uma tecnologia de dominação, um ato de terror sexual que extrapola a vítima individual e incide sobre o corpo social e político de grupos inteiros, sobretudo mulheres racializadas e socialmente marginalizadas, como o México.

A conexão entre a obra de Rita Segato e o México se materializa de forma contundente em sua análise dos feminicídios em Ciudad Juárez[21], cidade que se tornou um símbolo da violência de gênero na América Latina. A partir de 1993, a região fronteiriça com os Estados Unidos testemunhou uma escalada alarmante de assassinatos de mulheres, geralmente jovens e trabalhadoras das maquiladoras, que eram frequentemente estupradas e torturadas antes de serem mortas. Assim como as violações massivas no Congo[22], que apesar de não ser o cenário sul global é um caso paradigmáticos reconhecido pelo Direito Internacional sobre estupro como arma de guerra, que ilustra tais práticas como um processo orquestrado para quebrar laços comunitários, forçar deslocamentos populacionais e garantir o controle territorial (Segato, 2016). Essas ações são intencionalmente invisibilizadas ou minimizadas pela comunidade internacional, perpetuando um ciclo de impunidade e naturalização da violência. Desta forma, a ONU reconheceu o estupro como crime de guerra apenas em 2008, mas a aplicação prática

[21] Em Ciudad Juárez, os feminicídios começaram a ser registrados com maior visibilidade a partir de janeiro de 1993, com a primeira vítima contabilizada sendo a menina Alma Chavira Farel. As vítimas são majoritariamente mulheres jovens, entre 15 e 25 anos, de baixa renda, que muitas vezes trabalhavam nas indústrias maquiladoras da região. Estima-se que, até 2012, o número de mulheres assassinadas na cidade ultrapassasse 700. A impunidade é um traço marcante desses crimes, com cerca de 95% dos delitos no México não sendo solucionados, um cenário que Rita Segato interpreta como um "espetáculo de impunidade" que exibe a força e o poder das estruturas estatais e paraestatais na fronteira. A Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso "Campo Algodoeiro" vs. México (2009), responsabilizou o Estado mexicano pela falta de diligência nas investigações e pela violação dos direitos humanos das vítimas, um caso paradigmático que dialoga diretamente com a tese de Segato sobre a inércia estatal diante da violência de gênero.

[22] Estimativa de 200.000 casos registrados (1998-2019), com uso de estupros para controlar minérios e território - Hospital Panzi (Dr. Denis Mukwege): Relatórios anuais (2015-2023), www.panzifoundation.org; ONU Mulheres (2020): "Gender Alert: DRC", www.unwomen.org. Relatório da ONU (2016) documenta estupros em massa e escravidão

dessa tipificação esbarra em resistências políticas e jurídicas, revelando a insuficiência dos mecanismos internacionais (Butler, 2018).

No plano psicanalítico e político, a culpabilização das vítimas representa a extensão do Supereu moralizador estatal e social que, conforme discutido anteriormente, internaliza a culpa e responsabiliza os sujeitos por sua própria opressão (Safatle, 2021). Essa dinâmica se manifesta tanto em discursos midiáticos quanto em legislações e práticas policiais que questionam a veracidade das denúncias e, muitas vezes, vitimam as sobreviventes.

Sendo assim, a comparação entre o IDH e os índices de feminicídio demonstra que o desenvolvimento econômico, isoladamente, não elimina a violência de gênero. Estados com elevado desenvolvimento humano ainda apresentam taxas expressivas de feminicídio, indicando que fatores como machismo estrutural, desigualdade de gênero e fragilidade das políticas públicas influenciam diretamente a ocorrência desse fenômeno.

A Figura 1 apresenta uma leitura integrada da distribuição territorial das principais manifestações da violência contra as mulheres no Brasil, reunindo indicadores referentes às taxas de feminicídio, estupro, violência doméstica, feminicídio de mulheres negras, violência contra mulheres indígenas e uma síntese comparativa por regiões brasileiras. A opção pela representação cartográfica permite compreender que a violência patriarcal não se distribui aleatoriamente pelo território nacional, mas acompanha processos históricos de desigualdade social, racial, econômica e institucional. Ao reunir diferentes indicadores em uma única representação, a figura permite visualizar que as diversas formas de violência de gênero não constituem fenômenos independentes, mas dimensões complementares de uma mesma estrutura de dominação. Sob essa perspectiva, os mapas funcionam como evidências empíricas da hipótese desenvolvida nesta pesquisa, segundo a qual o patriarcado contemporâneo, articulado às dinâmicas do neoliberalismo e às permanências da colonialidade, produz diferentes formas de precarização da vida feminina conforme as especificidades econômicas, raciais e territoriais de cada região do país. Dessa forma, a cartografia ultrapassa sua função ilustrativa para tornar-se um instrumento analítico capaz de materializar espacialmente as relações entre violência, poder e desigualdade discutidas ao longo da fundamentação teórica.

A leitura conjunta dos mapas permite identificar que a violência contra as mulheres apresenta diferentes padrões territoriais, embora todos expressem um mesmo sistema estrutural de dominação. O primeiro aspecto que merece destaque é a relação entre os Mapas 1 e 3. Enquanto o Mapa 3 demonstra que a violência doméstica apresenta elevada incidência em praticamente todo o território nacional, especialmente nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, o Mapa 1 evidencia que parte dessas regiões também concentra elevadas taxas de feminicídio,

sobretudo no Centro-Oeste e em estados do Nordeste. Essa associação confirma aquilo que o Fórum Brasileiro de Segurança Pública demonstra em seus relatórios anuais, que o fato do feminicídio representar, na maior parte dos casos, o estágio final de ciclos prolongados de violência doméstica e familiar. Segundo o 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2025), aproximadamente 64,3% dos feminicídios ocorreram dentro da residência da vítima, enquanto 80% dos autores eram companheiros ou ex-companheiros, indicando que a violência letal raramente constitui um evento isolado, mas resulta da escalada progressiva de relações marcadas por controle, agressões físicas, violência psicológica e dependência econômica. Essa dinâmica dialoga diretamente com a interpretação desenvolvida por Rita Segato (2016), segundo a qual a violência contra as mulheres constitui uma pedagogia da crueldade destinada à reafirmação permanente da autoridade masculina, e não simples consequência de conflitos privados.

Desta forma, ao comparar os Mapas 1 e 4, observa-se que os estados que apresentam elevadas taxas gerais de feminicídio também concentram índices significativamente maiores de feminicídios de mulheres negras. O Nordeste, parte do Centro-Oeste e estados do Sudeste apresentam simultaneamente elevada incidência nos dois indicadores, revelando que gênero e raça operam conjuntamente na produção das vulnerabilidades sociais. Essa distribuição espacial confirma os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, segundo os quais 63,6% das mulheres vítimas de feminicídio em 2024 eram negras, percentual superior à representação desse grupo na população feminina brasileira. Neste sentido, a coincidência territorial entre os dois mapas demonstra que o feminicídio não atinge todas as mulheres de maneira uniforme, mas incide com maior intensidade sobre aquelas historicamente submetidas às desigualdades raciais produzidas desde o período colonial. Nesse sentido, os dados corroboram as reflexões de Denise Ferreira da Silva, Angela Davis e Judith Butler ao evidenciarem que determinadas vidas permanecem socialmente mais expostas à violência e menos protegidas pelas instituições estatais. A necropolítica, conforme desenvolvida por Mbembe, manifesta-se precisamente nessa distribuição desigual das condições de proteção da vida, tornando determinados corpos mais vulneráveis à violência letal.

Outra relação significativa emerge entre os Mapas 2 e 3, pois embora os estados com maiores taxas de estupro não coincidam integralmente com aqueles de maior feminicídio, observa-se forte correspondência entre os elevados registros de violência doméstica e de violência sexual, especialmente nas regiões Sul e Sudeste. Segundo o 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil registrou 87.545 vítimas de estupro em 2024, maior número da

série histórica, sendo que 87,7% das vítimas eram mulheres, 55,6% eram negras e 76,8% correspondiam a estupros de vulneráveis, enquanto 65,7% das ocorrências aconteceram dentro da residência da vítima. Esses números revelam que a violência sexual permanece profundamente vinculada às relações familiares e domésticas, afastando a ideia de que o estupro constitui predominantemente um crime praticado por desconhecidos em espaços públicos. Tal configuração reforça a interpretação de Rita Segato de que o estupro deve ser compreendido como uma tecnologia de poder voltada à reafirmação da hierarquia masculina e ao controle dos corpos femininos, produzindo medo, disciplinamento e submissão social.

Enquanto, o Mapa 5 acrescenta uma dimensão que extrapola as relações domésticas ao evidenciar a concentração da violência contra mulheres indígenas na Amazônia Legal, especialmente nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Acre e Roraima. Diferentemente dos demais indicadores, essa distribuição territorial coincide com regiões marcadas pela expansão do agronegócio, do garimpo ilegal, da exploração madeireira e pelos conflitos fundiários envolvendo povos originários. Essa espacialização confirma que a violência contra mulheres indígenas está profundamente relacionada à permanência das estruturas coloniais discutidas no capítulo referente ao colonialismo psíquico e à biopolítica. Ou seja, não se trata apenas de violência interpessoal, mas da produção sistemática de territórios de exceção nos quais a fragilidade da presença estatal, a disputa por recursos naturais e a desproteção institucional ampliam significativamente a vulnerabilidade feminina. Sob essa perspectiva, a violência de gênero torna-se também um mecanismo de dominação territorial, evidenciando que colonialidade e patriarcado permanecem articulados na organização contemporânea do espaço brasileiro.

Sendo assim, a comparação regional apresentada no Mapa 6 sintetiza essas diferentes dimensões ao demonstrar que nenhuma região brasileira está livre das diversas formas de violência analisadas, embora cada uma apresente combinações específicas de indicadores. Onde, o Centro-Oeste destaca-se pelas maiores taxas médias de feminicídio, o Sul apresenta elevados índices de estupro e violência doméstica e o Nordeste reúne simultaneamente altas taxas de feminicídio e feminicídio de mulheres negras. Enquanto o Norte concentra a maior incidência da violência contra mulheres indígenas. No liminar, essa diversidade regional demonstra que a violência patriarcal assume configurações distintas conforme as características econômicas, sociais e territoriais de cada região, mas preserva uma mesma racionalidade estrutural.

Vale ressaltar que essa leitura integrada reforça também a hipótese desenvolvida ao longo deste trabalho de que a racionalidade neoliberal intensifica vulnerabilidades já produzidas

pelo patriarcado e pela colonialidade. Assim, os mapas demonstram que justamente os territórios marcados por maiores desigualdades sociais, conflitos fundiários, expansão econômica desregulada e menor capacidade institucional concentram também os maiores indicadores de violência, evidenciando que a distribuição espacial dessas ocorrências acompanha a distribuição desigual dos mecanismos de proteção estatal. Assim, os dados apresentados não apenas ilustram os conceitos discutidos ao longo da fundamentação teórica, mas fornecem evidências empíricas de que a violência de gênero constitui um fenômeno estrutural, cuja compreensão exige a articulação entre gênero, raça, classe, território e as formas contemporâneas de exercício do poder.

4 POLÍTICA DO DESEJO E A RESISTÊNCIA FEMININA

Pensar a resistência feminina contemporânea a partir da política do desejo é compreender que as dinâmicas do poder patriarcal e neoliberal não operam apenas na repressão direta, mas principalmente na captura do desejo, na sua condução e instrumentalização. Tal como analisado por Félix Guattari (1986), o capitalismo tardio atua como um sistema sociotécnico que reorganiza os fluxos do inconsciente, submetendo o desejo a regimes de significação que associam prazer ao consumo, pertencimento à obediência, e liberdade à violência dirigida. Esse sequestro do desejo é também destacado por Vladimir Safatle (2020), ao defender que o inconsciente político das sociedades neoliberais se estrutura por meio da produção de sujeitos que desejam a sua própria servidão, seja por medo da exclusão, seja por identificação com os agressores sociais, o que explica o apelo de figuras autoritárias mesmo entre setores oprimidos.

Nesse contexto, a resistência feminista não pode se limitar a lógicas institucionais ou reformistas, mas deve emergir como uma micropolítica do cuidado e da desobediência. Para Judith Butler (2018), os corpos que importam são aqueles que rompem com a norma da inteligibilidade social, os que desafiam os dispositivos que classificam, hierarquizam e descartam vidas. Sendo assim, a politização do luto, conceito central em sua obra, propõe que o reconhecimento público da dor e da perda de vidas marginalizadas, como as de mulheres vítimas de feminicídio, LGBTQIAPN+ assassinadas e povos racializados, se converta em ato de denúncia e em potência transformadora.

A geopolítica desse processo revela seu caráter profundamente colonial e patriarcal, pois enquanto mulheres brancas de classe média são interpeladas pelo discurso do empoderamento individual. Mulheres negras, indígenas e imigrantes continuam sendo alocadas

nos trabalhos mais precarizados e desvalorizados, agora com o verniz da "oportunidade" neoliberal. Desta forma, o feminismo corporativo do tipo "Lean In"[23] mostra-se completamente cego a essa divisão internacional do trabalho reprodutivo, que permite a algumas mulheres ascender profissionalmente precisamente porque outras estão disponíveis para cuidar de seus filhos e limpar suas casas. Como alertou Nancy Fraser em "Feminismo para os 99%: um manifesto" (2019), o risco atual não é a falta de feminismo, mas seu sequestro por uma versão que serve ao capital em vez de questioná-lo.

Nos termos de uma ideologia econômica neoliberal, com o enxugamento de direitos sociais e sem avanços efetivos na superação da feminilização do trabalho de cuidado, a entrada das mulheres (em condições precarizadas) no mercado de trabalho provoca uma contradição no seio do próprio neoliberalismo (Fraser, 2020, 2024; Arruzza et al., 2019). Os impactos são instalados nas entranhas sociais a partir da subvalorização do "trabalho feminino", o que envolve a desqualificação dos estudos das mulheres em detrimento de suas competências e designação acerca da manutenção das atividades do lar. O sujeito mulher, dentro do escopo neoliberal, é subjugado a um maquinário incumbido de inúmeras funções; parafraseando Marx, a mulher é um meio de produção (e, sobretudo, reprodução) pertencente ao modo de produção capitalista e à sociedade contemporânea – vinculada à mais-valia na totalidade. Assim, o principal ponto de intersecção na relação entre o neoliberalismo e o trabalho das mulheres ocorre na "esfera privada", ao reproduzir as estruturas da sociedade neoliberal, tratando a esfera privada como área pessoal da vida. Fraser observa que pela lógica da nova face do capitalismo,

> "[...] de um lado, a reprodução social é uma condição de possibilidade da acumulação de capital continuada; de outro, a orientação do capitalismo para a acumulação ilimitada tende a desestabilizar os próprios processos de reprodução social dos quais ele depende". (Fraser, 2020, p.263).

Diante desse quadro complexo, as possibilidades de resistência passam necessariamente por uma reapropriação coletiva do mal-estar. Em um sentido de que coletivos feministas que criam redes de apoio mútuo, clínicas populares que politizam o sofrimento psíquico, e movimentos como a Greve Internacional de Mulheres apontam para caminhos de fuga dessa subjetividade neoliberal. Desta forma, o desafio é construir um feminismo que, longe de se contentar com a inclusão de algumas mulheres nos espaços de poder, questiona

[23] O termo vem do livro "Lean In: Women, Work, and the Will to Lead" (2013) da executiva do Facebook Sheryl Sandberg, é uma vertente do feminismo liberal criticada por reduzir a luta pela igualdade de gênero a estratégias individuais de ascensão profissional no sistema capitalista.

radicalmente as estruturas que tornam possível essa exploração diferenciada dos corpos e mentes femininas.

Exemplos concretos desse tipo de insurgência se manifestam em movimentos como o Ni Una Menos, que teve origem na Argentina em 2015 após o assassinato brutal de Chiara Páez, e se expandiu por toda a América Latina denunciando o feminicídio como expressão máxima da necropolítica patriarcal. Esse movimento combina ação direta, redes de apoio comunitário, crítica à austeridade econômica e combate à cultura do estupro, operando como uma contra-narrativa do desejo coletivo que afirma a vida contra o abandono estatal. Já no Brasil, a Marcha das Margaridas, maior mobilização de mulheres do campo, da floresta e das águas da América Latina, reúne desde 2000 milhares de mulheres que articulam demandas por reforma agrária, soberania alimentar, combate à violência e valorização do trabalho feminino, conectando o cuidado com o território à resistência política e econômica.

Ambos os movimentos recusam a lógica neoliberal de corpos produtivos e descartáveis, e propõem práticas de cuidado como subversão do modelo bélico e competitivo do mundo contemporâneo. Nesse sentido, Silvia Federici (2019) destaca que o trabalho de reprodução social, geralmente invisibilizado e feminizado, é o verdadeiro sustentáculo da economia capitalista. Para ela, as lutas feministas devem resgatar a centralidade do cuidado, não como moralidade conservadora, mas como projeto político radical de reorganização da vida coletiva, fora dos marcos da exploração e da violência.

A saúde mental também se impõe como fronteira crucial na disputa entre dominação e emancipação, pois com a precarização subjetiva das mulheres, sobrecarregadas de tarefas, culpabilizadas por não atenderem aos ideais de perfeição e afetivamente exploradas, é um dos efeitos mais corrosivos do neoliberalismo patriarcal. A luta pela saúde mental torna-se, portanto, uma forma de resistência ao próprio modo de produção de subjetividades. Como aponta Débora Diniz no seu trabalho “A luta pela saúde mental das mulheres: uma questão de justiça social” (2017), pensar políticas públicas de saúde mental para mulheres exige considerar o racismo, o machismo, o capacitismo e a LGBTfobia como estruturas concretas de sofrimento e não apenas como “transtornos” clínicos isolados.

A proposta de uma política do cuidado, articulada por autoras ecofeministas[24] como Vandana Shiva e Maria Mies, visa romper com a dicotomia entre produção e reprodução (p.95), propondo um modelo de desenvolvimento baseado na reciprocidade, na interdependência e no

[24] O termo é apresentado no livro (Ecofeminism, 1993 - Edição brasileira pela Editora Vozes, 2014), trata-se de uma política do cuidado que desmonta a lógica patriarcal que opõe “trabalho produtivo” e “trabalho reprodutivo”, onde cuidar da vida não é um "não-trabalho"

respeito à vida em todas as suas formas. Por fim, descolonizar o desejo é descolonizar também a forma como organizamos o tempo, os afetos, os corpos e os vínculos. Guattari e Deleuze em "Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia" (2007) já alertavam que não existe desejo individual separado das máquinas sociais, reconfigurando e configurando o desejo é, assim, uma prática coletiva, uma reescrita dos sentidos e dos modos de existir. Nesse caminho, a resistência feminina aparece como uma insurgência micropolítica contra os dispositivos que nos ensinam a desejar a dominação, para enfim criar mundos onde o cuidado, o prazer e a justiça não sejam exceções, mas fundamentos.

Pois, o desejo, longe de ser uma categoria meramente psíquica ou individual, é profundamente político. Pensadores como Félix Guattari em "As três ecologias" (2024) e Judith Butler em "Corpos que importam: os limites discursivos do sexo" (2018) trazem uma relação de que a estrutura social capitalista e patriarcal molda o desejo, sequestrando-o e canalizando-o para formas de consumo, dominação e normalização. O que se deseja, quem se deseja e como se deseja são construções atravessadas por sistemas de poder, racialização e gênero. Desta forma, o desafio contemporâneo está em descolonizar esse desejo, mas libertá-lo da lógica neoliberal que o converte em mercadoria e ódio, e orientá-lo para relações mais afetivas, coletivas e transformadoras.

A psicanálise crítica também tem papel essencial nesse processo, onde Vladimir Safatle em sua obra "O circuito dos afetos: a psicanálise e a crítica da razão" (2020), por exemplo, propõe que a descolonização do inconsciente é uma tarefa urgente, sendo preciso criar novas formas de subjetivação que não reproduzam o medo, o autoritarismo ou a idealização da força bélica. A luta por saúde mental, nesse sentido, é profundamente política, pois envolve desestabilizar normas que produzem sofrimento psíquico, especialmente nas mulheres, corpos dissidentes e periféricos. Onde, "ser livre é poder não repetir. É romper os circuitos que reproduzem indefinidamente as mesmas formas de sofrimento." (Safatle, 2015, p. 31).

> "A verdadeira emancipação exige a capacidade de romper os circuitos afetivos que nos fazem reproduzir, de maneira incessante, as formas de sofrimento, medo e submissão. Ser livre significa poder não repetir, significa criar novas formas de vida, novos modos de desejar e de constituir relações que escapem às lógicas da dominação. Não há transformação política efetiva sem transformação das formas de subjetivação que sustentam a reprodução das estruturas sociais." (Safatle, 2015, p. 31-32).

Por fim, é preciso entender que a resistência feminista contemporânea não é apenas uma reação às violências, mas uma força criativa. Ela propõe um novo modo de fazer política, que é baseado na escuta, na vulnerabilidade, na partilha de saberes e na reconstrução de laços coletivos. A psicanálise, quando crítica, se torna aliada desse processo, ajudando a desmontar as estruturas inconscientes que perpetuam o autoritarismo e o patriarcado.

Nesse contexto, políticas públicas voltadas para prevenção da violência, fortalecimento das redes de acolhimento, promoção da saúde mental, educação em direitos humanos e ampliação da participação política das mulheres tornam-se instrumentos essenciais para romper os ciclos de violência. Mais do que responder aos efeitos da necropolítica, tais iniciativas representam formas concretas de construir uma sociedade orientada pela dignidade humana, pela igualdade de gênero e pela valorização da vida. Essas práticas de cuidado constituem, portanto, uma resposta ética e política às estruturas que historicamente transformaram os corpos femininos em territórios de dominação.

Em suma, a partir da articulação entre psicanálise crítica, teorias feministas e uma leitura materialista das violências estruturais, é possível visualizar saídas éticas e políticas que recolocam o cuidado, o desejo e a justiça como fundamentos de uma nova política. Onde, a insurgência feminina não é apenas uma reação aos danos sofridos, mas uma potência de reconstrução simbólica, afetiva e estrutural das sociedades contemporâneas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscou-se investigar as múltiplas formas pelas quais os dispositivos de poder no neoliberalismo, notadamente o patriarcado e o colonialismo, atravessam os corpos, os afetos e as subjetividades, produzindo violências que não se limitam ao plano físico ou institucional, mas que atuam de maneira profunda nas dimensões psíquicas, simbólicas e inconscientes da existência. A proposta de articular psicanálise crítica, feminismo e geopolítica do sofrimento revelou-se uma via profícua para compreender não apenas as estruturas objetivas de dominação, mas os modos como estas operam cotidianamente nos corpos generificados, racializados e subalternizados.

Partindo do reconhecimento de que o sofrimento é uma construção política e histórica, distribuída de maneira desigual ao longo das linhas de raça, gênero, classe e geopolítica. Onde, o sofrimento feminino, especialmente aquele vivido por mulheres negras, indígenas, periféricas, trans e migrantes, é sistematicamente silenciado, naturalizado ou instrumentalizado por regimes de poder que se alimentam da precarização da vida e da normalização da morte. A

violência, longe de ser um acidente, constitui-se como parte da engrenagem de funcionamento das sociedades neoliberais e pós-coloniais, sendo fundamental para a reprodução do sistema econômico e do controle social.

A noção de "colonialismo psíquico" discutida ao longo do trabalho, conceito que reúne elementos do pensamento de Frantz Fanon (1952), Achille Mbembe (2018) e autores decoloniais contemporâneos, mostra como os dispositivos coloniais, mesmo após os processos de independência formal, seguem atuando nos imaginários, nos afetos e nos modos de ser das populações do Sul Global. Mostrando que essa colonização do inconsciente produz subjetividades vulneráveis e submissas, impedindo a emergência de projetos políticos autônomos e emancipatórios. No Brasil, os efeitos desse colonialismo são sentidos nas formas como o Estado criminaliza os corpos negros e indígenas, como a mídia erotiza e violenta as mulheres pobres, e como as estruturas institucionais negam o direito ao cuidado, ao luto e à escuta às populações marginalizadas.

Entender essas dinâmicas requer romper com abordagens simplistas que isolam os problemas de gênero das questões econômicas, raciais e coloniais. Pois, o sofrimento feminino não é apenas um fenômeno individual ou psicológico, ele é produto de dispositivos complexos que atravessam o campo social, político, simbólico e afetivo. Por isso, o feminismo que se propõe crítico e transformador deve ser também antirracista, anticolonial e anticapitalista. Deve enfrentar não só a violência física, mas também as formas mais sutis de dominação, como o silenciamento, a culpabilização e a exclusão epistêmica das mulheres não brancas, não ocidentais e não normativas.

A contribuição da psicanálise e da sociologia, nesse cenário, é a de oferecer ferramentas para compreender as dinâmicas inconscientes que sustentam as hierarquias sociais. Contudo, essa contribuição só é possível quando a psicanálise se dispõe a enfrentar seus próprios limites, históricos e epistemológicos, em relação ao gênero, à sexualidade e à colonialidade. É necessário desconstruir a herança androcêntrica da teoria freudiana e integrar as críticas feministas, queer e pós-coloniais que desafiam os paradigmas eurocêntricos da clínica e da teoria. Em que, a escuta do sofrimento psíquico deve ser acompanhada da escuta política, que é compreender o sintoma não apenas como expressão de um conflito interno, mas como resultado de uma violência histórica e social.

Ao considerar o desejo como campo de disputa política, abrem-se possibilidades inéditas de resistência, a política do cuidado, proposta por autoras como Joan Tronto (1993), Carol Gilligan (1982), Silvia Federici (2019) e Maria Lugones (2008), resgata dimensões esquecidas ou desprezadas pela racionalidade moderna. Como a interdependência, a

vulnerabilidade, a reciprocidade, o afeto, a escuta e o compromisso ético com o outro. Em contraposição à política da morte, baseada no controle, na punição e na exclusão, o cuidado propõe um novo modelo civilizatório, no qual a centralidade das mulheres e das populações racializadas não é apenas simbólica, mas estrutural.

O desafio, portanto, é pensar uma nova gramática política, onde o desejo não seja capturado pela lógica do capital, e onde os afetos sejam instrumentos de construção coletiva, e não de dominação. Um cenário que exige reformas profundas nos sistemas de justiça, saúde mental, educação e mídia, bem como um trabalho constante de revisão crítica das práticas e saberes hegemônicos. Pois, a transformação não virá apenas por mudanças institucionais, mas pela reconfiguração das subjetividades, dos vínculos e dos modos de existir.

O sofrimento das mulheres, nesse sentido, não pode mais ser tratado como dado natural, destino biológico ou efeito colateral, sendo um indicador da falência de um sistema político, epistêmico e afetivo que precisa ser radicalmente reinventado. A denúncia das violências deve ser acompanhada da afirmação de outras formas de vida, de desejo, de convivência e de organização. Onde as experiências comunitárias de cuidado, as práticas artísticas, espirituais e populares que colocam o corpo e o afeto no centro da vida política são exemplos de resistência que escapam às lógicas institucionais e se afirmam como potência.

REFERÊNCIAS

BROWN, Wendy. **Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution**. Nova York: Zone Books, 2015.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia.** Tradução de Rogério Bettoni. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"**. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 edições; Crocodilo, 2019. (ou 2018)

BUTLER, Judith. **Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence**. Reedição. Londres: Verso, 2020.

CENTRO PELA JUSTIÇA E O DIREITO INTERNACIONAL (CEJIL). **Brasil: Caso Favela Nova Brasília – 30 anos de luta por justiça**. San José, 2024.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Panorama Social da América Latina 2022.** Santiago: CEPAL, 2022. Disponível em: https://www.cepal.org/pt-br/publicacoes. Acesso em: 22 jul. 2025.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL); UN WOMEN. **Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe.** Santiago: CEPAL, 2023. PANZI FOUNDATION. **Annual Report 2023**. Bukavu: Panzi Foundation, 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Nota pública sobre saúde mental e crise política no Brasil. Brasília**: CFP, 2021. Disponível em: https://site.cfp.org.br. Acesso em: 22 jul. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2018.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. 1.ed. Lisboa: Assírio & Alvim, 2007.

DINIZ, Débora. **A luta pela saúde mental das mulheres: uma questão de justiça social**. São Paulo: Editora Autêntica, 2017.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da reprodução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FISHER, Mark. **Capitalist realism: is there no alternative?** Londres: Zero Books, 2009.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025**. São Paulo: FBSP, 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024**. São Paulo: FBSP, 2024.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRASER, Nancy; ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. **Feminismo para os 99%: um manifesto.** Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

FREUD, Sigmund. **Além do princípio do prazer**. Edição crítica bilíngue. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na cultura**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GILLIGAN, Carol. **Uma voz diferente: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta**. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

GILMORE, Ruth Wilson. **Golden Gulag: Prisons, Surplus, Crisis, and Opposition in Globalizing California**. Berkeley: University of California Press, 2007.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. 13. ed. Campinas: Papirus Editora, 2024.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: Um novo paradigma estético**. São Paulo: Editora 34, 1992.

GUATTARI, Félix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. Tradução de Suely Rolnik. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HAN, Byung-Chul. **A sociedade do cansaço.** Tradução de Enrico Saramelli. São Paulo: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder.** Tradução de Maurício Liesen. Belo Horizonte: Âyiné, 2021.

HUMAN RIGHTS WATCH. **World Report 2022: Events of 2021**. New York: Human Rights Watch, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Malha Territorial Brasileira 2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): características gerais dos domicílios e dos moradores 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO (ISER). **Caso Favela Nova Brasília: memória, verdade e justiça.** Rio de Janeiro: ISER, 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Os impactos da Emenda Constitucional n.º 95 sobre as políticas sociais**. Brasília, DF: IPEA, 2018.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **World Employment and Social Outlook: Trends for Women 2023**. Geneva: ILO, 2023.

LUGONES, María. **Colonialidad y género**. Tabula Rasa, Bogotá, n. 9, p. 73-102, 2008.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MÉSZÁROS, István. **Além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 3.ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo.** Tradução de Dorothee Brantz. Petrópolis: Vozes, 2014.

NATIONAL CRIME RECORDS BUREAU (NCRB). **Crime in India** 2023. New Delhi: Ministry of Home Affairs, Government of India, 2024.

ONU MULHERES. **Relatório sobre a Feminização da Pobreza no Brasil.** Brasília: ONU Mulheres, 2022. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br. Acesso em: 22 jul. 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: PNUD; Ipea; Fundação João Pinheiro, 2024.

SAFATLE, Vladimir. **A paixão do negativo: Lacan e a dialética**. 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2016.

SAFATLE, Vladimir. **A vida não é útil** . São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

SAFATLE, Vladimir. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico** . 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. 288 p.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: a psicanálise e a crítica da razão**. São Paulo: Editora Autêntica, 2020.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo.** 2. ed. São Paulo: Ubu, 2021.

SEGATO, Rita. **A guerra contra as mulheres**. São Paulo: Editora Dandara, 2016.

SILVA, Denise Ferreira da. **No-Bodies: Law, Raciality and Violence**. *Griffith Law Review* , v. 18, n. 1, p. 1-24, 2009.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI). SIPRI Yearbook 2024: **Armaments, Disarmament and International Security**. Stockholm: SIPRI, 2024.

TRONTO, Joan C. **Moral boundaries: a political argument for an ethic of care**. Nova York: Routledge, 1993.

UN WOMEN. **Progress on the Sustainable Development Goals: The Gender Snapshot 2023**. New York: UN Women, 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World Mental Health Report: Transforming Mental Health for All**. Geneva: WHO, 2022.

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui representa muito mais do que a conclusão de uma pesquisa acadêmica. Este trabalho é resultado de uma trajetória construída com amor, renúncias, aprendizado, coragem e, acima de tudo, das pessoas que caminharam ao meu lado nos momentos mais desafiadores. Nenhuma conquista é verdadeiramente individual, e esta também não é.

À minha família, expresso minha mais profunda gratidão por ser o alicerce da minha caminhada. Em cada dificuldade, encontrei força no amor que sempre recebi, e em cada conquista, encontrei motivos para continuar acreditando que os sonhos podem transformar destinos.

À minha avó, Maristela, dedico um agradecimento especial. Seu amor incondicional, sua sabedoria, sua força e sua história sempre foram um refúgio para mim. Em você aprendi que a verdadeira grandeza está na generosidade, na coragem e na capacidade de seguir em frente mesmo diante das adversidades. Amo você profundamente, e levo comigo, todos os dias, os valores que me ensinou.

À minha mãe, minha eterna inspiração, agradeço por ser o maior exemplo de mulher que poderia ter. Sua força, sua determinação, sua coragem e seu amor moldaram quem sou hoje. Em você encontrei o significado da resiliência, da dignidade e da capacidade infinita de recomeçar. Se hoje acredito na potência das mulheres, é porque cresci observando a sua.

Ao meu pai, agradeço pelo apoio, pelo incentivo e por sempre acreditar que eu seria capaz de chegar até aqui. Sua presença e confiança foram fundamentais ao longo desta caminhada. E ao meu tio Dinho, meu sincero agradecimento por todo o suporte, pelo cuidado e pela disposição em ajudar sempre que necessário. Sua presença tornou essa jornada mais leve e possível.

Ao meu irmão, agradeço por existir. Sempre que o cansaço, o medo ou a vontade de desistir surgiam, bastava lembrar do seu rosto para encontrar forças para continuar. Você é um dos maiores motivos pelos quais escolhi persistir, pois desejo que veja, através da minha caminhada, que nunca devemos abandonar os nossos sonhos.

Direciono meus mais sinceros agradecimentos a Anna Julia, Daianire e Bruna que, mesmo não fazendo parte da minha turma original, foram um presente inesperado que a universidade me reservou. Foi quase no fim dessa jornada que nossos caminhos se cruzaram, e, ainda que tardia, essa amizade chegou no momento exato para transformar meus últimos passos acadêmicos em lembranças leves e genuínas. Da mesma forma, estendo minha gratidão a todos os colegas que, ao longo desse percurso, marcaram minha trajetória com trocas, parcerias e aprendizados que vão muito além das salas de aula.

Aos professores e professoras que me ensinaram ao longo dessa trajetória, deixo minha sincera gratidão. Cada aula, cada orientação, cada palavra de incentivo e cada conhecimento compartilhado contribuíram de forma significativa para a minha formação acadêmica e pessoal. Levo comigo não apenas os conteúdos aprendidos, mas também os exemplos de dedicação, compromisso e sensibilidade que encontrei em vocês.

À minha orientadora, Professora Alessandra Uchoa, minha profunda gratidão pela oportunidade, pela confiança depositada em mim desde o início e por acreditar no meu potencial mesmo quando eu própria duvidava dele. Obrigada pela orientação cuidadosa, pela paciência, pelos ensinamentos e pelo suporte ao longo de toda esta pesquisa. Sua dedicação foi essencial para a construção deste trabalho e para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Mas não posso, e nem quero, encerrar sem dedicar um agradecimento especial aos meus maiores motores: Pietro, Laurinha e Felipe. Vocês são a razão constante pela qual eu nunca desisti, mesmo nos dias em que tudo parecia pesado. Em cada olhar, sorriso e abraço de

vocês, encontro o relembrar diário da minha grande família e de todo o suporte que conquistei ao longo da vida.

A mim mesma, deixo um agradecimento que talvez tenha sido o mais difícil de escrever. Obrigada por não ter desistido, mesmo quando o caminho parecia impossível. Obrigada por enfrentar os medos, as incertezas, as noites em claro e os desafios que pareciam maiores do que eu. Este trabalho é também um reencontro com a criança que um dia sonhou com um futuro que parecia distante. Hoje, escrevo estas palavras por ela e para ela. Espero que, onde quer que essa menina exista dentro de mim, ela saiba que conseguimos chegar muito além do que um dia ousamos imaginar.

Por fim, dedico este trabalho a todas as mulheres e meninas que carregam sonhos maiores do que as circunstâncias em que vivem. Que nunca lhes façam acreditar que seus lugares são limitados ou que seus sonhos são grandes demais. Que encontrem força para ocupar espaços, romper barreiras, transformar realidades e escrever suas próprias histórias. Que cada conquista feminina seja também um caminho aberto para aquelas que ainda estão começando. Que possamos continuar sonhando, resistindo e existindo para além do que o mundo, muitas vezes, espera de nós.

Este trabalho é, acima de tudo, uma celebração da esperança, da resistência e da certeza de que o conhecimento também pode ser uma forma de transformação.